

PESQUISA EM ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA: ATRAVESSAMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

*RESEARCH ON COMMUNICATIVE ACCESSIBILITY:
ETHICAL AND METHODOLOGICAL CROSSOVERS*

SAMARA WOBETO¹

VIVIANE BORELLI²

RESUMO

Este artigo parte de experiência em pesquisa experimental para tecer reflexões éticas e metodológicas sobre investigações em acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência. Como campo de estudos ainda em construção, existem dificuldades de encontrar referências e bancos de dados consolidados, o que incide em estudos com contornos tentativos e necessidade de desenhos metodológicos que possibilitem a construção destes conjuntos. Estes movimentos trazem dificuldades em relação às dimensões ética e metodológica e à importação de métodos e técnicas de outras áreas do conhecimento. A partir de pesquisa de dissertação, que investigou a inserção da acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas, articulamos relato de experiência com reflexões éticas, metodológicas e epistemológicas. Defendemos que as pesquisas em acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência adotem perspectivas decoloniais para a produção de ciência, pensando não apenas na localização geográfica, mas também na contribuição de conhecimentos produzidos por outras corporalidades. Consideramos estratégica a adoção de protocolos de aplicação de entrevistas, coletas e análise de dados, a fim de aumentar o rigor dos resultados. Refletimos sobre procedimentos éticos, o que inclui a submissão do projeto em Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, mas também incide na dimensão da teoria e escolhas metodológicas - e que exige vigilância epistemológica constante. Por fim, pesquisas experimentais devem ser consideradas como possibilidade de construção do respectivo campo de conhecimento e, consequentemente, de avanço científico.

Palavras-chave: acessibilidade comunicativa; pesquisa; metodologia; ética.

ABSTRACT

This article draws on experimental research experience to reflect on ethical and methodological issues in research on communicative accessibility, media, and disability. As a field of study still under development, there are difficulties in finding consolidated references and databases, which leads to studies with tentative outlines and a need for methodological designs that enable the construction of these sets. These movements bring difficulties in relation to ethical and methodological dimensions and the importation of methods and techniques from other areas of knowledge. Based on dissertation research that investigated the inclusion of communicative accessibility in the training of journalists, we articulate an experience report with ethical, methodological, and epistemological reflections. We argue that research on communicative accessibility, media, and disability should adopt decolonial perspectives for the production of science, considering not only geographical location but also the contribution of knowledge produced by other corporealities. We consider the adoption of protocols for conducting interviews,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). É jornalista e Mestra em Comunicação pela mesma Universidade. Pesquisa acessibilidade comunicativa e suas interfaces com o jornalismo e o ensino de jornalismo. Bolsista Capes. E-mail: samara.wobeto@acad.ufsm.br.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (POSCOM/UFSM) e professora associada IV do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (DCC/UFSM). É doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos, mestre e jornalista pela UFSM. É bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: viviane.borelli@ufsm.br.

data collection, and analysis to be strategic in order to increase the rigor of the results. We reflect on ethical procedures, which include submitting the project to a Human Research Ethics Committee, but also focus on the dimension of theory and methodological choices—which requires constant epistemological vigilance. Finally, experimental research should be considered as a possibility for constructing the respective field of knowledge and, consequently, for scientific advancement.

Keywords: communicative accessibility; research; methodology; ethics.

Introdução

A pesquisa em acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência ainda se produz de forma isolada. Isso se dá na busca por referências qualificadas - que ainda são poucas, mesmo que em crescimento -, na tentativa de diálogo em espaços institucionais, em projetos, em eventos, na submissão de trabalhos acadêmicos³. Esse afastamento do *mainstream* é também perceptível no espaço da sala de aula e no mercado de trabalho. Pesquisar acessibilidade, em certos momentos, parece ser reverberar no vazio.

Neste artigo, partimos da experiência de pesquisa de dissertação, em que refletimos sobre a inserção da acessibilidade comunicativa em sala de aula, na formação de jornalistas (Wobeto, 2025). Por seu caráter teórico-experimental, exigiu a construção de um desenho metodológico que reúne variados métodos e técnicas, a fim de possibilitar a coleta e análise de dados. Este reúne seis fases de pesquisa, que combinam aspectos teóricos, empíricos e analíticos, e que será detalhado na terceira parte do texto. Os desafios, questionamentos e tensionamentos éticos e subjetivos do processo de investigação inspiraram a escrita deste artigo.

Dessa forma, o objetivo é refletir sobre aspectos éticos, metodológicos e epistemológicos na pesquisa sobre acessibilidade comunicativa. Para isso, inicialmente apresentamos alguns dados mais conceituais para depois aprofundar os conceitos que dão base à investigação. Por fim, detalhamos processualidades singulares do fazer pesquisa, discutimos os dados e apresentamos algumas proposições que indicam resultados para seguirmos na área de investigação que busca tensionar a acessibilidade comunicativa, as mídias e as pessoas com deficiência.

Antes de avançar neste debate, no entanto, é necessário dar um passo atrás para compreender o cenário atual de investigação da temática no Brasil. Em aspectos globais, a acessibilidade na internet começou a ser padronizada a partir do trabalho do *World Wide Web Consortium* (W3C), em 1997, a partir da criação da *The Web Accessibility Initiative* (WAI) (W3C, 1999). Cria, entre outros, as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG), que está em sua versão 2.2, publicada em outubro de 2025 (W3C Brasil, 2024). O grupo iniciou seus trabalhos no Brasil

3 Aqui, é necessário fazer um adendo quanto ao que entendemos por isolamento. As pesquisas sobre acessibilidade comunicativa e suas nuances a nível de pós-graduação estão em crescimento nos últimos anos. No entanto, quando encontramos estes pares, seja em eventos e em bancas, seja em trocas de conversas, é comum o relato de que, muitas vezes, somos os únicos na universidade/grupo de pesquisa/espaços que ocupamos. Em eventos, é comum sermos os únicos trabalhos que abordam acessibilidade. Nestas ocasiões, há retornos de quem acha a pesquisa bonita, importante, necessária, de quem nunca tinha refletido sobre o tema, de quem não tem nenhum conhecimento sobre acessibilidade, e mesmo de quem nos parabeniza e aplaude. O incômodo gerado vem do fato de que não há construção de diálogo em virtude do desconhecimento. Além disso, há ocasiões em que, na submissão de artigos em periódicos científicos, é necessário usar de algumas páginas para explicar o que é acessibilidade e como ela deve estar na comunicação. Quando esses conceitos não são explicitados e descritos minuciosamente, o parecer volta, justamente, com esse pedido, o que reflete o desconhecimento do campo da Comunicação quanto à temática.

em 2007, iniciativa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)⁴.

Em termos de histórico de inserção da acessibilidade em meios digitais, é necessário citar, ainda, o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), documento que orienta sobre legislação, recomendações de acessibilidade (como conteúdo, informação, design e multimídia), padrões de acessibilidade digital no Governo Federal e recursos e ferramentas de acessibilidade (Brasil, 2011). Não apenas na comunicação, mas em outros aspectos da acessibilidade, a implementação e adoção destes padrões e modelos foram marcos.

Além disso, o ano de 2025 marca uma década da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146 (Brasil, 2015), que busca a garantia de direitos para pessoas com deficiência. A escolha do verbo que denota tentativa é intencional: mesmo que avance na perspectiva de registro jurídico de direitos para sujeitos com deficiências, a lei não é efetiva. Marco Bonito (2015), pesquisador referência em acessibilidade comunicativa, também nomeia o fenômeno das ‘legislações invisíveis’, uma vez que atuam na garantia de direitos, mas estes não são cumpridos e muito menos fiscalizados.

Em termos de garantia de direitos, há poucos avanços na última década. Em relação às pesquisas realizadas em 2015 (Bonito, 2015; Segatto, 2015), as datadas de 2024 (WPT, 2024) têm poucas diferenças. Ao olhar para o recorte do jornalismo, por exemplo, preocupa saber que 96,6% dos sites jornalísticos têm falhas significativas de acessibilidade (WPT, 2024). Dados como estes, que evidenciam a ausência de práticas acessíveis, são comuns como resultados de pesquisas. Em parte, isso se dá pelo ínfimo avanço no cumprimento legislativo. Uma vez que não há cobrança de multas ou sanções para veículos que não inserem acessibilidade em suas práticas, produtos e serviços, por exemplo, a acessibilidade fica em último plano nas prioridades da rotina conturbada de uma redação e no rol de investimentos por parte das empresas. E esses resultados se refletem nas pesquisas, que mostram a acessibilidade comunicativa como lacuna (Bonito, 2015; Segatto, 2015; Beraldo, 2021; Freitas, 2021; Gomes e Moutinho, 2021; Wobeto, 2023; 2025).

Para Ellcessor, Hagood e Kirkpatrick (2021), ainda não é possível afirmar a existência de um campo de estudos em Mídia e Acessibilidade, mas que este está em construção. Em revisão de literatura (Wobeto, Romero e Borelli, 2024, p. 81), corrobora-se este entendimento na realidade brasileira: “Mesmo que o número de trabalhos seja pequeno, é possível inferir que há uma tentativa de construção de um eixo de pesquisa no qual a acessibilidade é importante para pensar e refletir sobre a área da Comunicação”. Diante disso, observamos cada vez mais a emergência de investigações sobre aspectos diversos da acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência, especialmente em nível de Mestrado e Doutorado⁵.

Além disso, ao pensar na construção do campo de conhecimento proposto por Ellcessor, Hagood e Kirkpatrick (2021), é necessário evidenciar que a acessibilidade comunicativa não deve ser compreendida de maneira homogênea, mas sim a partir de suas diversidades, de pessoas com características e modos de comunicação distintos: pessoas cegas, com baixa visão ou deficiência visual, pessoas daltônicas, pessoas surdas, com baixa audição ou com deficiência auditiva, pessoas autistas, pessoas disléxicas, pessoas com deficiência intelectual e pessoas

4 ‘Grupo W3C estreia escritório no Brasil’. Disponível em: <https://www.nic.br/noticia/na-midia/grupo-w3c-estreia-escritorio-no-brasil/>. Acesso em 22/11/2025.

5 Dentre as pesquisas em nível de Mestrado, temos os trabalhos de Campanhã (2020); Berni (2021); Beraldo (2021); Freitas (2021); Andrade (2022); Baldin (2024); Oliveira (2024); Pereira (2024); Moreno da Silva (2025); e Wobeto (2025). Em nível de Doutorado, temos as teses de Bonito (2015), Fulas (2021) e Berni (2024). Além disso, grande parte dos autores citados com trabalhos de Mestrado estão, agora, em cursos de Doutorado e investigando a acessibilidade comunicativa.

com dificuldades intelectuais, como TDAH e TDA. São pelo menos 14,4 milhões de pessoas com deficiência no Brasil (IBGE, 2025), e este grupo é composto por pessoas diversas, o que também deve se refletir na pesquisa.

Em termos de avanço científico, no entanto, entendemos que vivemos um momento de passagem. Se até recentemente as pesquisas precisaram dedicar-se a construir referências para possibilitar o diálogo - e, consequentemente, isso significou identificar lacunas e barreiras de acessibilidade -, agora começamos a propôr soluções e experimentações com vistas à acessibilidade comunicativa. Isso não significa dizer que o que foi feito até o momento não tem validade científica. Pelo contrário, denota um campo de estudos emergente e que precisou construir as próprias referências para poder pesquisar.

Essas questões voltam olhares para a pesquisa e sua construção. Ter poucas referências significa ter estados da arte enxutos. Por um lado, oportuniza ocupar o espaço na construção do conhecimento. Por outro, significa lidar com dificuldades que vem, justamente, da falta de referências para o diálogo, o que reverbera no isolamento. Outro aspecto pouco falado é o quanto o processo de construção da pesquisa é afetado pela constituição do próprio campo. Assim como nas pesquisas em Comunicação, não há metodologias específicas para essa interface. Há necessidade de adaptar aquelas vindas da área das Ciências Sociais com protocolos próprios.

Comum em campos de pesquisa cujas linhas de investigação e epistemologias não estão definidas, a instabilidade reverbera, também, em ausência de conjuntos de dados robustos e de acesso público. Por mais que a quantificação de pessoas com deficiência esteja disponível no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não há uma coleta de dados de comunicação acessível que seja específica, padronizada e semelhante aos moldes do IBGE. Isso denota a necessidade de construção dos próprios bancos de dados, esforço profícuo que repercute nos tensionamentos éticos e metodológicos. A seguir, faremos alguns apontamentos sobre os conceitos norteadores da reflexão.

Descolonizar a produção de conhecimento: perspectivas teórico-metodológicas para 'pesquisar-junto' de pessoas com deficiência

As pesquisas em acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência devem seguir preceitos éticos que começam antes da formulação de nossas perguntas e hipóteses. "[...] retoma o início da processualidade científica quando nós — pesquisadores "sem deficiência" — nos deparamos com uma primeira encruzilhada: poderíamos pesquisar pessoas com deficiência?" (Berni e Maldonado, 2025, p. 2). Os pesquisadores ainda questionam: "Quais pressupostos epistemológicos, metodológicos, éticos, históricos e cidadãos deveríamos mobilizar?" (idem), o que retoma a discussão do tópico anterior, de necessidade de construção de proposições e caminhos metodológicos próprios.

Este questionamento deve ser companheiro no processo de pesquisa, alinhado à cautela e à vigilância epistemológica. Também foi uma preocupação ao longo da pesquisa, e que consideramos que deve ser registrada no texto final:

Além disso, é necessário pontuar, já no início, que ocupo, neste trabalho, uma posição de pesquisadora que também é privilegiada: sou uma pessoa sem deficiência que pesquisa acessibilidade, e este espaço do qual falo precisa ser colocado. Me proponho a ocupar o lugar de fala de profissional jornalista que conhece, defende e cobra por técnicas de acessibilizar, que reconhece os preconceitos arraigados nos discursos que o jornalismo produz e que quer contribuir para a transformação desta realidade por meio dos resultados da pesquisa. Além disso, não pretendo e não vou ocupar o lugar de falar sobre a experiência que é ser uma pessoa com deficiência e como é se deparar com barreiras de acesso a todo momento, mas estes pontos são elencados para a reflexão técnica, crítica e teórica sobre o que as barreiras significam e o quanto é importante pensar sobre elas desde a formação (Wobeto, 2025, p. 31).

Com base em Spivak (1996), Martino e Marques (2018, p. 223) afirmam que todos temos lugar de fala, situado em “localização social, ética e política”. Implica assumir a construção reflexiva de um posicionamento e a responsabilidade ética uma vez que, “mais do que uma experiência individual de legitimação dentro de um grupo já constituído, o lugar de fala implica identificar como sujeitos coletivos são posicionados em relações de poder hierarquizantes, questionando os discursos e narrativas autorizadas e totalizantes” (Martino e Marques, 2018, p. 223).

O conceito nos provoca a pensar nos questionamentos de Berni e Maldonado (2025) e demarca a importância do posicionamento acima, que mostra de onde se fala e para quem. Para os autores, fatores variados “nos provocam a assumir essa empreitada” (Berni e Maldonado, 2025, p. 2), e envolvem demandas urgentes, assimetrias de direitos e de oportunidade de acesso a espaços de produção de ciência.

Para essa caminhada, é elementar que se tenha como premissa o modelo biopsicossocial da deficiência, que vai compreendê-la como interação entre impedimentos de natureza física e barreiras culturais e psicossociais, sinalizando para um deslocamento do modelo médico e individualizado para uma perspectiva estrutural e sociocultural (Berni e Maldonado, 2025, p. 2).

Ou seja, é preciso pensar a partir da perspectiva dos direitos humanos, de garantia de acesso à informação e de promoção da cidadania comunicativa. É necessário que pesquisadores sem deficiência sejam aliados na luta pelo direito à informação, sem falar por elas, mas reverberando suas “vozes, discursos, enfrentamentos e causas” (Wobeto, 2025, p. 31).

Este entendimento se baseia também na máxima enunciada pelo grupo de pessoas com deficiência: ‘Nada sobre nós, sem nós’. A frase tem como ponto de partida a necessidade de disputa de direitos civis, que são advindas de opressões variadas, de isolamento, de silenciamentos e de dependências forçadas (Piccolo, 2022). O autor pontua que a historicidade de criação de políticas públicas registra ações que afetam este grupo de sujeitos, mas que estes nem sempre são ouvidos na etapa de sua formulação. “Nada sobre nós sem nós é uma máxima que pressupõe que os projetos sociais não podem ser confeccionados sem a escuta das vozes dos autores que serão influenciados por essas ações. Calar jamais foi uma opção para aqueles que se veem marginalizados” (Piccolo, 2022, p. 289).

Por isso, dar “espaço à participação originária de pessoas com deficiência nas arenas políticas significa tomar tais sujeitos como iguais em dignidade e cujas vozes se mostram importantes em serem ouvidas” (Piccolo, 2022, p. 289). A partir dessa perspectiva, Berni e Maldonado (2025) propõem que a construção do conhecimento deve ser feita em co-participação, considerando sujeitos com deficiência como pessoas que têm experiências significativas, conhecimentos acu-

mulados e saberes a serem partilhados. Espaços de poder, como a universidade e programas de pós-graduação, são, ainda, pouco ocupados por estes corpos (Berni e Maldonado, 2025), o que demonstra profundas desigualdades de acesso ainda não sanadas pelas políticas públicas, como a Lei de Cotas, nº 12.711 (Brasil, 2012).

O entendimento provoca a pensar na dualidade: ‘ouvir as pessoas’ ou ‘construir conhecimento com elas’? (Berni e Maldonado, 2025). Os autores afirmam a transmetodologia (Maldonado, 2013) como porta de diálogo para as pesquisas em mídia e deficiência, e elaboram nove premissas necessárias para atravessar as reflexões⁶.

Exercitar uma metodologia anticapacitista passa necessariamente pelo companheirismo na produção do conhecimento; na escuta profunda das falas, dos gestos e não-gestos; no desenho de métodos e práticas acessíveis e acolhedoras para a manifestação plena e multissensorial de suas particularidades como também, por estratégias para a reverberação das demandas das “pessoas com deficiência” por dignidade, cidadania e direitos. (Berni e Maldonado, 2025, p. 10).

Dialogamos também com Martino (2024) acerca da perspectiva ética da pesquisa no encontro entre texto, conceito e teoria. Para o autor, a “teoria tem implicações éticas na medida de sua vinculação com o humano e em seu direcionamento para uma alteridade” (Martino, 2024, p. 9) e, embora possam “parecer abstratas, toda teoria traz a marca do sujeito que a criou dentro de um espaço de vida” (idem). A dissertação ocupou a sala de aula como espaço de produção de conhecimento científico e buscou criar proposições teórico-práticas para o ensino de acessibilidade comunicativa no jornalismo (Wobeto, 2025). Com características distintas, investigou a acessibilidade não do ponto de vista da recepção, mas de uma instância anterior à produtiva, que engloba o espaço-tempo da formação.

As turmas⁷ eram compostas, em sua maioria, por pessoas sem deficiência. Apesar de ter estudantes autistas (TEA), daltônicos e com TDAH, estes não eram os únicos interlocutores. Um questionamento que surgiu nesse processo é de como dialogar com sujeitos com deficiência para além do espaço da sala de aula. Neste desafio, a máxima do ‘Nada sobre nós, sem nós’ assume outros contornos: defendemos que o diálogo deve se dar, sim, com as pessoas com deficiência, mas também com o conhecimento produzido por elas. Priorizar bibliografias e referências acadêmicas escritas a partir do lugar de fala da vivência diária de barreiras, além de relatos de experiências em livros, artigos de opinião e outras formas de registro, são possibilidades de reforço dialógico no processo de construção de nossas pesquisas.

Esta escolha assume uma perspectiva decolonial que considera e valoriza conhecimentos dissidentes, produzidos por sujeitos marginalizados e a partir da perspectiva do sul global. Concordamos com Martino (2024) quando afirma que as teorias que escolhemos para debater também têm dimensões éticas e epistemológicas. Pesquisar sobre deficiência na perspectiva do modelo social requer dialogar com perspectivas decoloniais de pesquisa, não apenas no sentido geográfico, mas também de corporalidade, ou seja, dialogar com estes sujeitos e sujeitas não somente no âmbito acadêmico, mas também em outros espaços de ocupação e de fala.

6 1 - Reconhecer as estruturas de opressão que obstaculizam o ingresso e a permanência de PCD em espaços de produção de conhecimento; 2 - A reciprocidade como elemento indispensável para a experiência profunda dos sentidos; 3 - A artesania metodológica (Mills, 2009); 4 - A pesquisa-da-pesquisa (Bonin, 2011; 2022); 5 - O debate da interseccionalidade é valoroso; 6 - A acessibilidade comunicativa ; 7 - A exploração das sensorialidades; 8 - A provocação sobre a acessibilidade afetiva; e 9 - A “escrita marginal”, apócrifa (Berni e Maldonado, 2025).

7 A turma de Jornalismo Impresso II era composta por estudantes de Jornalismo. Já a de Comunicação e Acessibilidade tinha estudantes de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial e Relações Públicas.

A pesquisa é espaço de poder, e aquilo que pesquisamos e produzimos como saber científico impacta, inclusive, na produção de políticas públicas (Martino, 2024). Como Berni e Maldonado (2025) enfatizam, o caminho para repensar nossas práticas de investigação inicia com o combate à perspectiva positivista e imperialista.

Deve-se reposicionar a ciência a serviço da vida, do bem comum e das transformações necessárias para a emancipação social, despindo-a do glamour e do ofício de gabinete do pesquisador e do extrativismo barato, apostando no estreitamento de laços de afeto entre pesquisador-coparticipante, na artesania da pesquisa e no acolhimento de saberes outros até então marginalizados e ignorados cientificamente. **Observamos, portanto, a necessária reinterpretação do mundo, visto que as interpretações tradicionalmente elaboradas estão marcadas para suprir as necessidades e quereres daqueles que as criaram** (Berni e Maldonado, 2025, p. 6, grifos nossos).

Isso não significa a exclusão de teorias e leituras outras, tanto daquelas produzidas por pesquisadores e pesquisadoras sem deficiência quanto em locais do norte global. Isto porque, no último caso, por exemplo, “deve-se considerar a pertinência das pesquisas produzidas em outros países, sem que se desconsidere os contextos diversos” (Wobeto, 2025, p. 86) e nos apropriar delas “não como mera aplicabilidade técnica e crítica, mas em tensionamento com os achados da ciência que é feita aqui” (idem). Postos os preceitos teóricos que orientam escolhas e reflexões metodológicas, partimos para o relato de experiência.

Relato de experiência da construção de um caminho metodológico, aspectos éticos e tensionamentos

Uma das premissas elencadas por Berni e Maldonado (2025) como necessárias às pesquisas em acessibilidade comunicativa é a artesania metodológica (Mills, 2009), ideia que vem de um movimento de trabalho intelectual que, para Mills (2009) também configura-se como artesanato na medida em que as experiências e conhecimentos dos pesquisadores e pesquisadoras se costuram com as teorias. Para Berni e Maldonado (2025, p. 11), nas pesquisas em acessibilidade, mídia e deficiência, “não é possível apresentar um único protocolo que sirva como padrão para as pesquisas na companhia de PCD. Cada projeto de investigação deve ser pensado, tensionado e construído a partir e com a realidade de seus coparticipantes”.

A afirmação nos chama para o diálogo na medida em que também fizemos movimento semelhante na pesquisa. Mesmo diferente da adoção da proposta transmetodológica (Berni, 2024) - em concepção no momento da feitura da dissertação -, também denota esse aspecto necessário de construir desenhos metodológicos em um terreno incerto e em indefinição.

Na dissertação, cujo objetivo foi problematizar a inserção da acessibilidade comunicativa nas práticas pedagógicas do ensino no Jornalismo, os objetivos específicos foram delimitados nos seguintes: a) Mapear iniciativas pedagógicas que trabalhem a acessibilidade nos cursos de Jornalismo; b) Experimentar, no âmbito da Docência Orientada, maneiras de inserção da acessibilidade comunicativa no ensino do jornalismo; c) Compreender a inserção de práticas pedagógicas - teóricas e práticas - sobre a acessibilidade comunicativa nos cursos de Jornalismo; e d) Propor práticas pedagógicas de acessibilidade comunicativa nos cursos de Jorna-

lismo. Neste artigo, estes objetivos não serão desenvolvidos, mas são acionados para refletir sobre o fazer pesquisa.

Um dos achados encontrados no estado da arte é que, até o momento, não havia pesquisas em nível de pós-graduação que tratassem do ensino de acessibilidade nos cursos de Jornalismo. Em virtude disso, foi necessário construir o próprio conjunto de dados, o que demandou o desenho metodológico com seis fases, que serão descritas a seguir.

A fase 1 combina a revisão de literatura (Barrichello, 2016), que permitiu a realização de um estado da arte (Barrichello, 2016) e do estabelecimento dos eixos teóricos que constituem o quadro teórico de referências. A fase 2 usou da análise documental (Moreira, 2009) para mapear iniciativas já existentes de ensino de acessibilidade comunicativa em cursos de Jornalismo de universidades federais brasileiras. Os objetos de análise que formaram o corpus são os projetos pedagógicos, as diretrizes curriculares e os ementários dos cursos de Jornalismo de Universidades Federais - vinculados a Programas de Pós-Graduação em Comunicação ou Jornalismo. Foram elaborados protocolos para a coleta e análise dos dados. Ainda nesta etapa, para as mesmas universidades contempladas na análise documental, foi enviada uma entrevista estruturada (Duarte, 2010) por meio de questionário online, para ser possível conhecer dados qualitativos e quantitativos que não são passíveis de observação pelos documentos já citados.

A fase 3 representou a entrada em campo para a coleta dos dados, realizada por meio do método da pesquisa participante (Gajardo, 1999; Fals Borda, 1994; Brandão, 1994, 1999; Peruzzo, 2010; Martino, 2018) e ancorada nas técnicas de observação participante (Gil, 2008) e diário de campo (Winkin, 1998) para coleta e registro dos dados. O campo é compreendido como a sala de aula de duas disciplinas: a obrigatória Jornalismo Impresso II e a optativa Comunicação e Acessibilidade - a última foi criada a partir de proposição da dissertação e que é um dos resultados da pesquisa⁸. A experimentação foi feita a partir do espaço da docência orientada, em que os papéis de pesquisadora e docente orientanda foram simultâneos, uma vez que havia aulas de responsabilidade da mestrandona sob supervisão da professora orientadora. Além disso, o desenvolvimento dos planos de trabalho e de ensino foram pensados e adaptados a partir dos conhecimentos teóricos e práticos advindos da pesquisa. Para medir os resultados do aprendizado, usamos duas entrevistas estruturadas (Duarte, 2010), por meio de formulários online, aplicadas ao início e ao final das aulas das disciplinas.

Na fase 4, permanecemos em campo para conversar com um grupo de interlocutores diferente do anterior: o dos professores responsáveis pelas disciplinas mapeadas na fase 2. Nesta etapa, entrou a entrevista semi-estruturada (Duarte, 2010) como técnica, além do estabelecimento de protocolos para a realização da mesma e um roteiro de questões. A fase 5 compreendeu a análise dos dados, realizada por meio da análise documental (Moreira, 2009). Envolveu também a transcrição dos diários de campo e das entrevistas semi-estruturadas, e a sistematização e organização dos conjuntos de dados. Por fim, a fase 6 concentrou as etapas da redação da dissertação, da qualificação e da defesa. As fases não são temporais e lineares, e muitas acontecem de forma concomitante. Esta organização auxilia no entendimento da estru-

⁸ A primeira disciplina é regularmente oferecida para o 3º semestre do curso de Jornalismo, tem carga horária de 60h e trata da reportagem como assunto principal. As e os estudantes participam da produção (da pauta à divulgação) de uma revista-laboratório, uma das únicas que ainda é impressa. Já a segunda disciplina foi criada a partir desta pesquisa, como forma de suprir uma lacuna de formação. É optativa, com carga horária de 30h e aberta para os quatro cursos da graduação em Comunicação da UFSM: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial e Relações Públicas.

tura de pesquisa, cujo desenho metodológico é sistematizado na Figura 1 e que resulta de um trabalho de artesaria (Mills, 2009).

Figura 1 - Desenho metodológico da pesquisa.



Fonte: Wobeto (2025).

Especialmente na fase 3, as escolhas metodológicas que tornaram possível a experimentação também representaram desafios, tanto do ponto de vista da dualidade de ocupar duas posições ao mesmo tempo (de pesquisadora e de docente em formação) quanto dos cuidados e princípios éticos da coleta de dados. Na relação de apropriação de métodos e técnicas das Ciências Sociais, como a pesquisa participante, a observação e o diário de campo, foram necessários criar e estabelecer protocolos⁹ para orientar a experimentação e garantir a característica da replicabilidade.

O documento, que consta como anexo do trabalho final¹⁰, descreve, de maneira pormenorizada, qual é o espaço em que a pesquisa será realizada; como será a inserção da pesquisadora; como os e as estudantes serão informados da pesquisa; o preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido; como será o preenchimento da entrevista estruturada por meio de formulários; quantas e quais aulas serão ministradas pela pesquisadora em cada uma das disciplinas, além do conteúdo de cada uma delas; o processo de elaboração e adequação dos planos de ensino e dos planos de aula; qual o início e final da pesquisa de campo; como será o acompanhamento das aulas; e quais tipos de dados serão coletados e de que forma. O mesmo processo, de sistematização de protocolos, foi feito para a análise documental e a entrevista semi-estruturada, das fases 2 e 4.

⁹ Os protocolos foram criados para a coleta e análise dos dados da fase 2 (mapeamento), para a fase 3 (pesquisa participante) e para a fase 4 (entrevistas semi-estruturadas com docentes).

¹⁰ Páginas 311, 312 e 313 da dissertação.

Consideramos os protocolos como importantes ferramentas metodológicas que permitem a interlocução com métodos e técnicas oriundas de outras fronteiras de conhecimento, mas que são pertinentes para nossas temáticas de estudo - o que dialoga com a perspectiva transmetodológica (Maldonado, 2013). Diante de metodologias amplas, que permitem o uso em variados temas e situações, é possível que sejam usadas de modos distintos e despadronizados. Isso, em si, não é um problema, especialmente por serem usos fronteiriços, de outras áreas fora da Comunicação. No entanto, quanto mais pormenorizada for a descrição metodológica, maior é o rigor da pesquisa e, consequentemente, sua possibilidade de ser replicada e testada (Taquette, 2020). Os protocolos são estratégicos, portanto, para o aumento do caráter de rigor científico da investigação.

Pela pesquisa ser realizada com pessoas, foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), processo que ocorreu antes da fase 3, em preparação à entrada em campo, de janeiro a março de 2024¹¹. Nas Ciências Sociais e Humanas, há um debate em torno desse processo, uma vez que as maneiras de estruturar o projeto e documentos a serem submetidos foram construídas a partir da área da Saúde (Cury, 2015). Para o pesquisador, “dentro do necessário rigor acadêmico, todos os métodos científicos aspiram a explicar os fenômenos sociais e a atribuir-lhes um sentido” (Cury, 2015, p. 39). Ou seja, esse “rigor próprio de cada método, e autônomo nos seus passos, interage com princípios positivados no ordenamento jurídico e com as instituições voltadas para a pesquisa, como é o caso das universidades. Por outro lado, todas as pesquisas que envolvam seres humanos devem ter como princípio fundante a dignidade da pessoa humana” (idem).

Mesmo diante das dificuldades impostas pelo CEP, foi importante submeter o projeto. “Os procedimentos e burocracias deste processo são cansativos, já que são voltados especialmente para a área da saúde ou exatas. Portanto, submeter o projeto de pesquisa significou uma certa dificuldade. Mas é interessante que pesquisadores das ciências sociais e humanas se exponham a esses processos, uma vez que, para mudar as estruturas, é necessário gerar incômodos” (Wobeto, 2025, p. 271).

Martino (2024) afirma que é errôneo o entendimento da ética e da metodologia serem consideradas apenas partes protocolares e burocráticas de registro da pesquisa, tanto em órgãos regulamentares quanto em trechos de capítulos. “Se é possível extrapolar um pouco essa consideração, pode-se entender que a pesquisa é uma prática metodológica do começo ao fim. Dito de outra maneira, metodologia não é apenas uma dimensão da pesquisa, mas seu conjunto” (Martino, 2024, p. 5).

Certamente, as regras éticas de uma pesquisa implicam uma discussão, mas, em muitos casos, acabam sendo reduzidas a um nível procedural na pergunta pelo “certo” ou “errado”, e não a algo mais amplo – “o que devo fazer no encontro com o outro”? Quando se trabalha dessa maneira, busca-se definir como uma pesquisa deve ser, mas não necessariamente como ela é, e em quais condições ela se realiza (Martino, 2024, p. 5).

Da mesma forma, para o autor, os preceitos éticos da pesquisa também devem estar na escolha de teorias e métodos pertinentes ao objeto, no encontro com o outro durante o processo de pesquisa, no cuidado com os tensionamentos e dados analisados. Para Martino (2024, p. 5), na “medida em que a prática metodológica se transforma no encontro com a alteridade, ela

¹¹ O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética sob o número de registro 77862124.0.0000.5346.

também se reveste de uma importância ética fundamental – falar de alteridade, nesse sentido, implica falar de ética”.

Por isso, no decorrer da pesquisa, na dualidade da posição de pesquisar-participar, foi necessário assumir uma vigilância epistemológica (Lopes, 1997). Entre os procedimentos éticos durante a coleta de dados, foi necessário, em primeiro lugar, apresentar a pesquisa às e aos estudantes participantes, explicar seus objetivos e benefícios, seu funcionamento, como se daria a participação delas e deles, e quais os riscos e consequências - mesmo que mínimos. Esses elementos foram apresentados por meio do documento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado no início da pesquisa, com cópia para as e os interlocutores. Os preceitos éticos devem garantir a possibilidade de tirar dúvidas, desistir da participação e tirar o aceite a qualquer momento, sem consequências para a pessoa.

Na posição que mescla o lugar de pesquisadora com o de docente orientanda, o aspecto experimental da pesquisa se complexifica do ponto de vista analítico e empírico. “Ao experienciar a docência a partir da tematização da acessibilidade, a investigação ganha contornos tentativos. Ou seja, os resultados não são definitivos, mas permitem articular acertos e erros, sugestões das e dos discentes e docentes às possibilidades de melhoria, além dos próprios apontamentos” (Wobeto, 2025, p. 270).

A pesquisa participante foi feita durante 15 semanas, acompanhando um semestre de duas turmas com características distintas. Nesse campo, a vigilância epistemológica foi fundamental. Acompanhava e observava as aulas, as interações, os debates, as atividades, as produções, as nuances, as recorrências, as dúvidas frequentes, as opiniões e as críticas das e dos estudantes (principalmente na relação com a acessibilidade) e também ocupava o lugar de docência em momentos específicos das duas disciplinas¹². Ou seja, “ao mesmo tempo em que pensamos no conteúdo e na experimentação da disciplina, devemos manter um olhar observador para a pesquisa que também se desenvolve ali” (Wobeto, 2025, p. 238).

A posição vigilante, assumida como parte da ética na pesquisa, demandou o rigor da organização por meio do diário de campo, que é a materialização dos dados observados e registrados. As anotações aconteceram de duas formas, a depender se as aulas eram de responsabilidade da pesquisadora ou não. As aulas gerais eram contadas em notas: “fazia anotações de tudo que era possível durante a aula, ou seja, as percepções sobre a turma, o conteúdo, principais dúvidas e de quais alunos/as. Também incluía minhas participações, afinal, o espaço da docência orientada nestas disciplinas permitia complementar determinado conteúdo com comentários e exemplos” (Wobeto, 2025, p. 238 - 239). Após a aula, ainda no mesmo dia, as anotações eram detalhadas “para que as impressões e percepções não se perdessem com o tempo” (idem).

Já nas aulas ministradas, não era possível anotar ao mesmo tempo em que explicava o conteúdo ou interagia com estudantes. “Por isso, antes da aula começar, já fazia um resumo do que seria tratado. Durante a aula, registrava as principais questões enquanto faziam tarefas, ou quando tinham dúvidas, a exemplo de quem perguntou determinada questão. O detalhamento do diário de campo após a aula, por isso, foi fundamental para registrar os dados destas aulas específicas” (Wobeto, 2025, p. 239).

12 Três aulas na turma de Jornalismo Impresso II e cinco aulas na turma de Comunicação e Acessibilidade.

Além disso, a anonimização das e dos interlocutores deve ser adotada a fim de protegê-los. No caso de nossa pesquisa, isso se deu através da codificação formada pela sigla da disciplina mais o ordenamento em que respondeu o primeiro questionário: CA01 e JI10, por exemplo. Outra nuance é o nivelamento da amostra dos dados, que devem ser comparáveis. Tendo dois formulários a serem respondidos - um inicial e um final -, no momento em que alguns estudantes não preencheram o segundo formulário, mesmo que não tenham expressado a desistência da pesquisa, os dados do formulário inicial também foram desconsiderados.

A metodologia e a ética como inerentes a toda a pesquisa, a necessidade de construção dos próprios bancos de dados e o estabelecimento de protocolos, a submissão ao CEP, os cuidados éticos durante a pesquisa de campo e tratamento dos dados são fundamentais e estratégicos para aumentar o rigor das investigações. São questões com as quais nos deparamos durante a pesquisa, que nos chamaram à reflexão e que podem ser úteis em outros processos de construção do conhecimento, sejam estas pesquisas sobre acessibilidade comunicativa ou não.

Considerações finais

Estes são alguns apontamentos e reflexões que consideram a pesquisa como espaço tentativo, principalmente a partir de seu caráter experimental. Para Martino (2024, p. 5), uma “pesquisa é feita, sobretudo, de encontros – daí a necessidade e a possibilidade de pensar a ética não como um elemento normativo, mas em termos do estabelecimento de uma relação com a alteridade”. Concordamos com o autor quando ele afirma que a metodologia é refletir a pesquisa em todo seu trabalho de investigação, e que “pensar a ética é considerar os movimentos, os deslocamentos, presentes ao longo da prática de pesquisa” (Martino, 2024, p. 6).

O caráter experimental, portanto, traz nuances de dificuldades mas também de potencialidades. Requer vigilância epistemológica constante, encontros e reconhecimentos de nossas subjetividades, experiências e pré(conceitos). Ao pensar o jornalismo, Fabiana Moraes (2022) defende práticas produtivas mais reflexivas e situadas, que envolvem o desenho da pauta, as perguntas feitas, a escolha das fontes, do olhar crítico sobre o noticiar. Para a autora, não é possível ignorar a subjetividade no processo de produção jornalística, uma vez que, “agentes sócio-históricos, não produzimos e reproduzimos um saber descorporificado, como sugeria e sugere a perspectiva científica-objetivista impregnada no jornalismo” (Moraes, 2022, p. 12).

É essa perspectiva que adotamos na investigação, uma vez que, no processo de pesquisar-participar, nossas subjetividades aparecem, seja no desejo pelo aprendizado, no diálogo, nas escolhas de conteúdos, de exemplos, de atividades. Essas escolhas devem estar galgadas também na teoria e na ciência, e é nesse ponto que a paixão se mistura com a razão. Berni e Maldonado (2025, p. 15) afirmam que não “temos o luxo de desperdiçar qualquer tipo de elemento que possa suscitar novas perguntas, teorias e métodos”, e isso inclui as subjetividades de quem pesquisa e de quem colabora com a pesquisa. Também “exige uma artesania profunda e radical” (idem).

Ainda, é importante elencar a interrelação entre ensino e pesquisa, propiciada pela investigação. A autorreflexividade exigida no processo foi desafiadora. Era preciso pensar no momento presente, na relação dialógica de aprender ensinando e de ensinar aprendendo (Freire, 1968;

1992; 1996), mas também no presente dilatado, do espaço em que se dá a feitura da pesquisa, e que engloba entender relações, avanços, dificuldades e recorrências a partir do que os dados mostram. Esse olhar para o diário de campo não se deu apenas no espaço da sala de aula: as anotações foram transcritas, lidas, relidas e tensionadas, em um movimento de aprofundamento e identificação de pistas que emergem na investigação. No entanto, o rigor da coleta e registro destes dados foi fundamental para potencializar a riqueza de 112 páginas de diário de campo.

Por fim, reiteramos que a sala de aula foi um espaço em que o “lugar de pesquisa e docência se misturam, e não há uma separação nítida, porque um alimenta o outro, no sentido de que a docência fornece dados para a pesquisa, e a pesquisa traz material para a docência” (Wobeto, 2025, p. 240). Esse caráter experimental da pesquisa denota, ainda, um processo de construção e a interrelação constante entre pesquisa, teoria e prática (Braga, 2019). Refletir sobre tais processualidades do fazer pesquisa é fundamental para avançar na construção do conhecimento.

Pesquisas com contornos tentativos e experimentais devem ser consideradas como possibilidade na construção do campo de estudos da acessibilidade comunicativa, mídia e deficiência. Isso porque o cenário de ausência de dados, escassez de pesquisas e sem avanços na garantia de direitos requer pensarmos em uma perspectiva decolonial de produção do conhecimento, com acolhimento de saberes apócrifas e marginais (Berni e Maldonado, 2025), a fim de que se possa questionar e romper com padronizações vigentes. Nesse debate, compreender a metodologia e a ética como atravessamentos de toda a pesquisa é fundamental para quebrar o entendimento duro e rígido desses elementos como protocolares e pertencentes apenas ao capítulo que descreve o caminho da investigação.

Referências

- ANDRADES, Caroline Fonseca. **Clima acessível:** reflexão crítica sobre a produção jornalística com acessibilidade comunicativa. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa) - Universidade Federal do Pampa: São Borja - RS, 2022.
- BALDIN, Letícia da Rocha. **PUBLICIDADE E SURDEZ:** acesso e consumo de publicidade por sujeitos Surdos de Porto Alegre e Região Metropolitana. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- BARICELLO, Eugenia Mariano da Rocha. A autoria na elaboração de uma tese. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação - Metodologias e Práticas Acadêmicas.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016, p. 129 - 152.
- BERALDO, Carla Tonetto. **“Quem cabe no seu todos?”** Jornalismo e Deficiência Visual: um estudo sobre a acessibilidade e usabilidade em notícias em redes digitais. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
- BERNI, Felipe Collar. **A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual:** um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa - PR, 2021.
- BERNI, Felipe Collar. **Cidadania comunicativa de pessoas com Síndrome de Down:** características reconhecidas e experienciadas. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos): São Leopoldo, RS, 2024.

BERNI, Felipe Collar; MALDONADO, Alberto Efendi. **PESQUISAR-JUNTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:** uma aposta transmetodológica e anticapacitista para o campo da Comunicação. In: revista observatório, v. 11, n. 1. Palmas: 2025, p. 1 - 19.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível:** Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com deficiência visual no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

BRAGA, José Luiz. **A prática da teoria na pesquisa em comunicação.** In: GALÁXIA. Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura, n. 41, p. 48 - 61. São Paulo, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 [1994], 8^a edição.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasil: 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.711.** Brasil: 2012.

BRASIL. **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG 3.0.** Brasília: MP, SLTI, 2011.

CAMPANHÃ, Marcela Ribas. **Audiodescrição e Cidadania:** Processos Comunicacionais de sujeitos cegos aos usos e apropriações da rede social WhatsApp. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **ALGUNS APONTAMENTOS LEGAIS EM TORNO DA ÉTICA NA PESQUISA.** in: História e Perspectivas, Uberlândia (52): 39-50, jan/jul. 2015.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** 2^a edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010. P. 62 - 83.

ELLCESSOR, Elizabeth; HAGOOD, Mack; KIRKPATRICK, Bill. **Rumo a um campo de estudos de deficiência e mídia.** Revista Culturas Midiáticas, João Pessoa, v. 15, p. 6 - 37, 2021.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de Geografia e. **IBGE divulga censo sobre pessoas com deficiência no Brasil.** Brasil, 2025. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>>. Acesso em 22/11/2025.

FALS BORDA, Orlando. **Aspectos teóricos da pesquisa participante:** considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 [1994], 8^a edição, p. 42 - 62.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra: São Paulo, 2011 [1996].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2022 [1992], 32^a edição.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2022 [1968], 84^a edição.

FREITAS, Thais Araújo de. **Representações sociais de pessoas com deficiência em notícias do portal G1.** Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

FULAS, Tatiana de Andrade. **A produção e a circulação transnacional de livros em relevo para a educação de cegos (séculos XVIII-XIX).** Tese (Doutorado em Educação): Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2021.

GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: Propostas e Projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p. 15 - 50.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GOMES, Selma Regina; MOUTINHO, Maria Cecília Bello. **Identidades mediatizadas:** o enquadramento da deficiência e de atletas paralímpicos em narrativas globais. Revista Culturas Midiáticas, João Pessoa, v. 15, p. 308 - 326, 2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação.** São Paulo: Loyola, 1997.

MALDONADO, Alberto Efendi. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. (Orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação:** Novos desafios na prática investigativa. Comunicación Social: Salamanca, Espanha, 2013, p. 31 – 57.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação.** Projetos, ideias, práticas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2018.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Três aproximações entre ética e métodos na pesquisa em comunicação:** um olhar a partir de experiências de ensino e orientação. In: Revista de Estudos Universitários (REU), v. 50, e024010. Sorocaba, São Paulo, 2024, p. 1 - 19.

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **A afetividade do conhecimento na epistemologia:** a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. In: MATRIZes, v. 12, nº 2. São Paulo, 2018, p. 217 - 234.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate.** Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010. P. 269 - 279.

MORENO DA SILVA, Sabryna. **O processo de recepção do telejornalismo por pessoas com deficiências auditivas ou visuais:** barreiras, experiências e estratégias de acessibilidade comunicativa. Dissertação (Mestrado em Comunicação): Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2025.

OLIVEIRA, Guilherme Ferreira. **Acessibilidade na/da comunicação interna com pessoas com deficiência visual no ambiente organizacional.** Dissertação (Mestrado Profissional em Mídia e Tecnologia) - Universidade Estadual Paulista - campus Bauru, Bauru, 2024.

PEREIRA, Thiovane da Rosa. **Artefato para a identificação do daltonismo na educação infantil.** Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

PERUZZO, Cecília Maria Krholing. Observação participante e a pesquisa-ação. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010. P. 125 - 145.

PICCOLO, Gustavo Martins. **O lugar da pessoa com deficiência na história.** Uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. Curitiba: Appris Editora, 2022.

SEGATTO, Karine Arminda de Fátima. **Acessibilidade e Multimedialidade no Webjornalismo da América do Sul.** Dissertação (Mestrado em Processos Jornalísticos) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

TAQUETTE, Stella R. Validade, confiabilidade, reproduzibilidade e triangulação. In: TAQUETTE, Stella R; BORGES, Luciana. **Pesquisa qualitativa para todos.** Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 2020, online.

TODOS, Web Para. **Apenas 2,9% dos sites brasileiros foram aprovados em todos os testes de acessibilidade, aponta pesquisa.** Web para Todos, 2024, s.p. In: <<https://mwpt.com.br/apenas-29-dos-sites-brasileiros-foram-aprovados-em-todos-os-testes-de-acessibilidade-aponta-pesquisa/>>. Acesso em: 01/07/2024.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação.** Da teoria ao trabalho de campo. Campinas, SP: Papirus Editora, 1998.

WOBETO, Samara. **A construção de indicadores de qualidade para a acessibilidade comunicacional em veículos jornalísticos.** Monografia. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2023.

WOBETO, Samara. **Proposições teórico-práticas de acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas** (Dissertação). Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2025.

WOBETO, Samara; ROMERO, Luan Moraes; BORELLI, Viviane. **A acessibilidade nas pesquisas em Comunicação:** uma revisão de literatura. In: Vozes e Diálogo, vol. 23, n. 2, p. 68 - 84, 2024. Doi: 10.14210/vd.v23n2.p68-84.

W3C. **The Web Accessibility Initiative (WAI).** 1999. Disponível em <<https://www.w3.org/WAI/1999/09/WAI-malta.htm>>. Acesso em 22/11/2025.

W3C BRASIL. **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2.** Brasil, 2024. Disponível em <<https://www.w3c.br/traducoes/wcag/wcag22-pt-BR/#background-on-wcag-2>>. Acesso em 22/11/2025.